Edição Mensal 266 | Dourados, Outubro / 2016

Jornal BANCÁRIO

Após greve histórica bancários conquistam benefícios

Foram 31 dias de paralisação e 54 agências fechadas em 13 municípios da base sindical de Dourados

Durante Grito dos Excluídos bancários levaram temas da Campanha 2016 com o mote: Só a Luta te Garante

Após 31 dias de paralisação e uma greve histórica que fechou em todo o país 13.358 agencias e 43 centros administrativos, os bancários mostraram força e resistência em um ambiente de alta incerteza política e econômica, e nesse cenário a categoria garantiu ganho real em 2017 e para este ano manteve a valorização em itens importantes como vale alimentação, refeição e auxilio creche. Garantimos também o abono dos dias parados, mesmo enfrentando forte repressão ao movimento por parte dos bancos.

Para o vale-alimentação o aumento é de 15%; e de 10% para o vale refeição e auxílio creche babá. O reajuste da PLR é de 8% em 2016 e em 2017 o correspondente à inflação medida pelo INPC mais 1% de aumento real. A licença paternidade passa a ser de 20 dias. No item emprego, a Fenaban propôs uma cláusula prevendo a criação de um centro de realocação e requalificação. Quanto aos dias parados, os bancos concordaram em não descontar.

O assédio foi permanente, as ameaças aos grevistas foram assintosas, a retirada de faixas e cartazes que avisa a população sobre a greve, os interditos choveram para todos os lados.

Em Dourados o Itaú entrou com pedido de Interdito Proibitório mas a Justiça do Trabalho negou, alegando o direito de ir e vir estava preservado dentro das agências bancárias. A OAB tentou interferir em vários locais e em Pernambuco chegou a pedir a prisão da presidenta do Sindicato de Bancários de lá. Os banqueiros tentaram de todas as formas desestruturar pessoas que lutam por seus direitos e por suas famílias. Mas os bancários não fraquejaram. Os bancários mais uma vez mostraram seu valor e obstinação em um tema que todos abraçaram "Só a luta te garante"

Proposta prevê ganho real em 2017

Os bancos propõem que a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) seja de dois anos, com o índice de reajuste salarial este ano de 8%, mais abono de R$ 3,5 mil. O abono foi pago após 10 dias da assinatura da CCT. Para 2017 a proposta prevê a reposição da inflação do período medida pelo INPC mais 1% de aumento real, incidindo sobre salários e demais verbas.

Trabalhadores do Sicredi aceitam proposta e fecham acordo/2016

Foram duas rodadas de negociações e durante assembléia realizada em 13/9, os trabalhadores do Sicredi aceitaram a proposta apresentada pela empresa durante a negociação do dia 12 de setembro.

No acordo aprovado pelo funcionalismo, o Sicredi concedeu reajuste 9,49% salarial, gratificação de caixa, auxílio creche/babá e adicional por tempo de serviço.

No auxilio- refeição/alimentação o reajuste é de 11,11%. O reajuste corresponde a reposição integral das perdas salariais. Além da reposição salarial, a Comissão de Negociação ainda cobrou da direção do Sicredi que precisamos avançar em outros itens que são importantes para os trabalhadores que são: Auxílio Refeição; Cesta Alimentação; Jornada de Trabalho; Ampliação da Licença Maternidade para 180 dias (06 meses) e Vale Cultura.

Assinatura do Acordo está marcado para o dia 14 de novembro em Dourados

O acordo foi aprovado pela maioria da assembléia, onde o presidente do Sindicato Ronaldo Ferreira Ramos disse que toda decisão deve ocorrer por manifestação dos trabalhadores em assembléia e ressaltou a importância da participação do funcionalismo nas decisões da categoria.

Walter Ogima que coordenou as negociações informou que embora não tenha avançado em todos os itens da minuta, os trabalhadores terão a reposição da inflação, ganho real no vale alimentação, aumento no percentual do plano de previdência. Vamos continuar a luta por novas conquistas e é importante que a empresa olhe por este prisma uma vez que os lucros estão se equivalendo as grandes instituições financeiras do país.

Lutar em favor das Empresas Públicas é defender o Brasil

Nossa luta a partir de agora será em defesa do emprego decente e do concurso público

Os últimos meses foram marcados por um intenso ataque aos direitos dos trabalhadores. Na mira estão a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as empresas públicas. As estatais são responsáveis por aumentar a receita do governo e permitir que ele faça mais investimentos. Tais investimentos podem incluir educação, saúde, serviços sociais, justamente as áreas que podem ter seus investimentos congelados por 20 anos pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241. A mão visível do Estado pode atuar na regulação dos diversos setores da economia, através da atuação das empresas públicas com políticas anticíclicas, por exemplo. Quando houve retração no mercado de crédito, os bancos públicos atuaram fortemente na concessão de crédito, amenizando os efeitos da crise de 2008. Em contrapartida, o Estado Mínimo, proposto por governos neoliberais, restringe a atuação das atividades estatais apenas preservando as liberdades individuais, deixando que a mão invisível do mercado se autorregule. Sob pretexto da "transparência" na condução das estatais há hoje vários projetos que representam graves ameaças à Caixa, Banco do Brasil, Correios, BNDES e Petrobras. Com a privatização das Estatais, o mercado tem um único objetivo que é a obtenção de lucro à custa dos recursos dos trabalhadores, sem nenhum compromisso com o desenvolvimento do Brasil.

Ao garantir bens, serviços e empresas públicas, os brasileiros têm a garantia de um estado de bem-estar social que promove melhor qualidade de vida para a população, emprego digno, liberdade de organização dos trabalhadores, com políticas que corrijam as injustiças criadas pelo capitalismo, além da obtenção de recursos econômicos que asseguram os direitos sociais previstos na Constituição Federal. Só a organização dos trabalhadores, juntamente com os movimentos sociais, pode barrar os retrocessos e impedir todos esses ataques.

Sindicato busca restabelecer salários para assistentes "A" do BB

O Sindicato dos Bancários de Dourados e Região-MS, ingressou uma Ação Rescisória na Justiça do Trabalho, no sentido de rescindir o acórdão proferido nos autos do processo que condenou o Banco do Brasil pagar como horas extras a 7ª e 8ª hora aos ocupantes de cargos de assistente "A" que exerciam jornada de 8 horas, por não se enquadrarem como cargo de comissão.

Após o transito em julgado daquela decisão o banco unilateralmente reduziu os salários dos beneficiários da ação. O Sindicato entende que a postura do banco que reduziu os salários dos seus empregados fere o princípio da estabilidade salarial, transgredindo os mandamentos contidos no art. 7º, VI, da CF, que somente autoriza a redução salarial mediante previa negociação em coletiva.

Da mesma forma não se tratando de comissionamento em decorrência de exercício de cargo de confiança (CLT, art. 468, § único), por força do art. 468, "caput", da CLT o empregador – mesmo com a anuência do empregado – não pode alterar "in pejus" o pactuado, pouco importando se o pactuado possui ou não mais de 10 anos de duração.

Por essas razões o Sindicato está buscando através da Justiça do Trabalho restabelecer a remuneração dos trabalhadores por ser de direito.

Quanto à ação principal, esta se encontra na fase de cálculos, e aguardando despacho do juiz da 1ª Vara do Trabalho de Dourados.

PLR será proporcional aos ex-HSBC

O Bradesco comunicou que os bancários oriundos do HSBC receberão PLR proporcional referente ao período de julho a dezembro de 2016, estendendo, à pedido do Sindicato, o período que seria considerado a partir de outubro. O adiantamento (metade do 54% do salário e metade do valor fixo regra básica) foi pago no dia 21 de outubro, junto com os demais funcionários do Bradesco.

Perda de direitos

Os bancários oriundos do HSBC foram obrigados a assinar um documento de ciência que haveria decisão unilateral por parte do Bradesco de perda de direitos, cenário que começou a se efetivar dia 07 de outubro com a troca de fachada entre os bancos. O Sindicato tenta, por via negocial, a resolução do conflito e por uma ação conjunta com o Ministério Público do Trabalho para que não haja corte de direitos já

Reajuste do PCR

O valor da Participação Complementar de Resultados (PCR) no Itaú será reajustado em 8%. Com isso, o valor da PCR 2016 ficará em R$ 2.468,00 e foi creditado com o adiantamento da PLR e demais verbas no dia 21 de outubro. Caso o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) do banco seja maior que 23% este ano, a PCR subirá para R$ 2.587,00.

Gripe H1N1

A gripe H1N1 consiste em uma doença causada por uma mutação do vírus da gripe. Também conhecida como gripe Influenza tipo A ou gripe suína, ela se tornou conhecida quando afetou grande parte da população mundial entre 2009 e 2010.

Os sintomas da gripe H1N1 são: Febre alta, Tosse, Dor de cabeça, Dores musculares, Falta de ar, Espirros, Dor na garganta, Fraqueza, Coriza, Congestão nasal, Náuseas e vômitos e Diarreia.

A Prevenção: Evite manter contato muito próximo com uma pessoa que esteja infectada. Lave sempre as mãos com água e sabão e evite levar as mãos ao rosto e, principalmente, à boca. ·Leve sempre um frasco com álcool-gel para garantir que as mãos sempre estejam esterilizadas. ·Mantenha hábitos saudáveis. Alimente-se bem e coma bastante verduras e frutas. Beba bastante água.

Não compartilhe utensílios de uso pessoal, como toalhas, copos, talheres e travesseiros. Se achar necessário, utilize uma máscara para proteger-se de gotículas infectadas que possam estar no ar. Evite freqüentar locais fechados ou onde há aglomeração de pessoas.

Jornal BANCÁRIO | Sindicato dos Bancários

Informativo do Sindicato dos Bancários da Grande Dourados e Região. Editado e publicado sob a responsabilidade da diretoria da entidade - **Presidente:** Ronaldo Ferreira Ramos – **Vice Presidente:** Carlos Alberto Longo – **Secretario Geral:** Edson Rigoni – **2º Secretário:** Edegar Alves Martins – **Diretor Financeiro:** Walter Teruo Ogima – **Diretor e Organização e Suporte Administrativo:** Valdinei Rodrigues de Araújo – **Diretor de Políticas Sindicais, Sociais e Cidadania:** Ivanilde Fidelis – **Diretor de Assuntos Jurídicos:** José Carlos Camargo Roque – **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Janes Estigarribia – **Diretor de Formação Sindical:** Laudelino Vieira dos Santos – **Diretor Regional:** Raul Lidio Pedroso Verão – **Diretor de Esporte Cultura e Lazer:** Marcos Mota Medalha – **Diretor de Saúde e Condição de Trabalho:** Joacir Rodrigues de Oliveira.. Endereço: Rua Olinda Pires de Almeida, 2450 - Dourados - CEP 79800-000 - Fone: (67) 3422-4884 - Fax: (67) 3423-0117 - www.bancariosms.com.br - sind.ban@terra.com.br.

Projeto Gráfico, Diagramação e Impressão: Gráfica Seriema • **Fotos:** Walter Teruo • **Tiragem:** 1.200 exemplares. Os textos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

A PEC da maldade segue a passos largo no Congresso

Medida que visa solução para contas do país, na realidade pode nem resolver e acabará com serviços que são direito como SUS, universidades federais e programas como farmácia popular, Fies e Prouni

Por 20 anos, independentemente do crescimento da população ou das mudanças decorrentes de um período tão longo, os investimentos do Brasil em saúde, educação, infraestrutura estarão congelados. É isso que vai acontecer se a Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 241, que tramita a passos largos no Congresso Nacional.

Congelar os recursos para a saúde, educação e infraestrutura e ainda paralisar despesas com pessoal que impactam diretamente nas atividades do SUS (Sistema Único de Saúde) e das universidades federais só trazem prejuízos para a população. Além disso, de uma vez só, a proposta rompe com a política de valorização do salário mínimo e afeta diretamente o piso da Previdência para a aposentadoria. Até mesmo outros projetos com enfoque nos serviços para os mais pobres, como a Farmácia Popular e programas como Fies e Prouni sofrerão cortes se o texto, já aprovado em primeiro turno na Câmara Federal, conseguir aceitação na Casa em segundo turno e depois no Senado. A realidade é de desmonte social.

Financiários aceitam proposta da Fenacrefi e assinam acordo

A Contraf-CUT, federações, sindicatos e a Federação Nacional de Instituições de Crédito, Financiamento e Investimentos (Fenacrefi) assinaram nesta terça-feira (25), a Convenção Coletiva de Trabalho 2016-2018 (CCT). Assim como a categoria bancária, os financiários também asseguraram acordo bianual, que reajuste de 8% nos salários, mais abono de R$2 mil, reajuste de 10% no vale refeição e no auxílio creche-babá e de 15% no vale alimentação, agora em 2016. Para 2017, a Fenacrefi aceitou repor integralmente a inflação (INPC/IBGE), mais 1% de aumento real nos salários e em todas as verbas.

O texto também conta com aumento da licença paternidade para 20 dias e abono assiduidade, que dá direito a uma folga por ano. Após a assinatura da CCT, as financeiras têm até dez dias úteis para pagar o abono de R$2 mil e a antecipação da PLR, correspondente a 60% do valor.

Composição da PLR

- 90% sobre o salário base + verbas fixas
- Valor Fixo de 2.300,26 + 8,00% = 2.484,28
- Teto de 10.977,76 + 8,00% = 11.855,98
- Parcela adicional = 20% sobre valor fixo
- Adiantamento de 60% - Pagamento até 10 (dez) dias úteis após assinatura

Vamos continuar lutando por uma mesa de negociação que respeite a categoria como ela merece, com um debate mais aprofundado das questões específicas ", afirma Jair Alves dos Santos, diretor da Contraf-CUT e coordenador da Comissão de Organização dos Financiários.

Impacto da PLR na economia será de R$ 5,4 bilhões

A proposta que encerrou a greve nacional dos bancários manteve a fórmula do pagamento de Participação nos Lucros já praticada, com reajuste de 8% no valor fixo para 2016 e com reposição da inflação mais 1% de aumento real para 2017. O pagamento referente a 2016 injetará por volta de R$ 5,470 bilhões na economia nos próximos 12 meses, de acordo com cálculo do Dieese, para uma regra básica Fenaban de 90% do salário mais valor fixo de R$ 2.183,53 (limitado a R$ 11.713,59), mais parcela adicional, que é a distribuição linear para todos os bancários de 2,2% do lucro líquido de cada banco, limitado a R$ 4.367,07.

O adiantamento foi pago em 21 de outubro, de acordo com calendário de cada banco, junto com os demais reajustes, conforme previsto no acordo. O impacto do adiantamento da PLR na economia será de R$ 2,127 bilhões. A antecipação contempla 54% do salário reajustado em setembro de 2016, mais fixo de R$ 1.310,12, limitado a R$ 7.028,15 e ao teto de 12,8% do lucro líquido, mais adicional equivalente a 2,2% do lucro líquido do primeiro semestre de 2016, limitado a R$ 2.183,53.

Somando a PLR, o reajuste de 8% nos salários, de 15% na cesta-alimentação e 10% mais o abono de R$ 3.500, os bancários injetarão na economia uma soma extra de cerca de R$ 12,2 bilhões nos próximos 12 meses, segundo avaliação do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioecomômicos).

Fusão do Bradesco/HSBC causa transtornos para clientes e funcionários em todo país

Não está sendo fácil esses dias para os funcionários do Bradesco oriundo do HSBC. Nos primeiros dias terminais com problemas, clientes com dúvidas e funcionários também. A transição trouxe muita preocupação para clientes e funcionários, porque o novo sistema ainda apresenta muitas dificuldades de acesso aos clientes e trabalhadores.

No MS, a coisa foi pior que se imaginava, na segunda-feira dia 10/11 véspera de feriado no Estado, o sistema não estava operando, as queixas e denúncias foram inúmeras, o Bradesco não fez o treinamento necessário para os funcionários que não tinham como atender a demanda.

Porém, para o Bradesco, a fusão com o HSBC está completa e bem-sucedida, mas a realidade de caos nas agências, relatada por clientes e funcionários do banco, desde o dia 8 de outubro, quando foi efetuada a migração de 5 milhões de correntistas que eram do banco inglês para o Bradesco, é evidente.

Enquanto os clientes reclamam falhas nas contas, inclusive para receber os salários, atraso na entrega de cartões e dificuldades em acessar a internet banking, quem paga o pato também são os funcionários e usuários. Bancários relatam que estão sem período de almoço, realizando jornadas extenuantes, muitas acima de dez horas, com sobrecarga de trabalho e vários outros problemas.

O Bradesco estendeu o horário para o público geral, não apenas para os correntistas, e como o fluxo de pessoa era grande dentro das agências, os trabalhadores tem que atender a várias demandas dentro de uma carga horária muito maior do que a normal. O Bradesco fez tudo de forma autoritária e arbitrária, sem consultar os funcionários e sem avisar aos sindicatos.

Confira algumas fotos dos 31 dias de greve em Dourados